

## **ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2006/2007**

Aos dois dias do mês de junho de 2006, na sala de reuniões do Fórum da Barra Funda, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado. Instalada a sessão, deu-se início aos trabalhos 9hs40min. Instalada a sessão, a Defensora Geral saudou os presentes e procedeu à leitura da ata da sessão anterior, que foi aprovada. Em seguida, passou-se às comunicações da Presidência, que relatou aspectos da reunião do CONDEGE ocorrida em Brasília nos dias 29 e 30 de maio de 2006. Relatou que esteve reunida no dia 30 de maio p.p. com o líder do PT, Dep. Enio Tatto, abordando principalmente a questão da derrubada do veto governamental referente à transformação de advogados da Funap em defensores públicos, ocasião em que o Deputado afirmou que o seu partido tinha mudado de posição quanto a derrubada do veto governamental. Referiu-se, ainda, à reunião realizada no dia 01 de junho de 2006 com o Procurador Geral de Justiça, que teve como tema a atuação da DP, e as atribuições da nova instituição, bem como as dificuldades administrativas que esta terá e o paradigma que o MP representa. Por conta de tal reunião foi aberto um contato com a Promotora que é Diretora Geral da Adm. do Ministério Público, Dra. Dalva. Relatou ainda reunião com o Presidente da Assembléia Legislativa, Dep. Rodrigo Garcia, que afirmou que a tendência da casa é “virar a página da questão FUNAP” e passar a focar uma solução negociada. Se referiu, ademais, a evento no qual palestrou em São José dos Campos no dia 01 juntamente com outras autoridades, ocasião em que teve longo contato com o Presidente do Tribunal de Justiça. Comunicou que a defensora Márcia Garutti irá assessorar o Gabinete, e que a defensora Renata Tibyriçá também foi designada para lá atuar. Comunicou também que a defensora Coordenadora Geral de Administração da Defensoria Pública, Lisa Mortensen, está tratando da questão da confecção das carteiras funcionais. Informou que em breve remeterá notes aos defensores com instruções sobre as questões administrativas. Sobre a questão das diárias, afirmou que está sendo elaborada regulamentação que possivelmente será colocada em pauta na próxima sessão. Sobre a questão dos estagiários, relatou que esteve em contato com o Procurador Geral do Estado, que noticiou que foi subestimado o número de estagiários que estavam na condição de que tratava o decreto, relatando, ainda, que ele teria elaborado a minuta de novo decreto que suspende o descredenciamento dos estagiários até 31 de julho p.f.. Não havendo mais comunicações por parte da presidente, passou-se AP momento aberto. A presidente abriu a palavra aos inscritos. Dr. Renato De Vitto, tratou dos acontecimentos em Brasília, especialmente, sobre a ADIN, a reunião do CONDEGE e sobre o Congresso Nacional dos Defensores Públicos. Dr. Davi Depiné, Presidente da APADEP abordou o panorama da Assembléia Legislativa. Tratou, em seguida, de questão referente ao Júri, relatando incidente ocorrido no 1º Tribunal de Júri da Capital envolvendo o defensor Ricardo Constante Soares, em que um juiz, por parcialidade, deu causa à interrupção de um julgamento em plenário e dissolução do Conselho de Sentença. Ressaltou a correção da conduta profissional do defensor, bem como a necessidade de reflexão sobre o duplo regime correicional que sofremos, pela OAB e pela própria Defensoria Pública. Tratou ainda de diligência que realizou no Dacar 4, em que houve notícia de morte de dois recém-nascidos. Dra. Daniela Sollberger Cembranelli abordou a questão da regulamentação dos núcleos especializados, ressaltando a importância da criação do Núcleo de Direitos Humanos, bem como sobre o núcleo de 2ª instância. Afirmou que elaborou sugestões sobre a resolução que trata do tema e que o Conselho deve dar especial atenção ao assunto. Tratou ainda da questão da ADIN, relatando a conversa que teve com o Dr. Cláudio Fonteles, que demonstrou disposição de intervir junto ao PGR para tratar do tema da opção dos procuradores pela Defensoria. Reiterou a necessidade de luta por não sermos correicionados pela OAB. A defensora Márcia Garutti, tratou de mensagem enviada pelos Desembargadores e pelo CSMP ao Comando da Polícia Militar externando pesar sobre os acontecimentos envolvendo policiais militares. Sugeriu que procedêssemos da mesma forma, secundando a manifestação de Dr. Davi e Dra. Daniela sobre o regime correicional dos defensores

públicos. Em seguida, passou-se à manifestação dos conselheiros. O conselheiro William agradeceu as palavras de carinho de integrantes da carreira; falou sobre a questão do Dacar 4, afirmando que a situação se repete em todas as unidades prisionais e afirmou que a dificuldade de atuação decorre da insuficiente estrutura disponível; afirmou que acredita que a Defensoria tem estrutura normativa muito interessante e que acredita que a instituição tem lugar permanente no Estado e que irá desenvolver atividade importante para a afirmação dos direitos humanos. Quanto ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, em curso na Assembléia Legislativa, afirmou que haverá 5 sessões para apresentação de emendas; disse que não tinha certeza se o projeto está adequado às nossas expectativas; que o projeto não contempla a Ouvidoria da Defensoria; relatou, por fim que elaborou 3 emendas, uma atinente à implantação da Ouvidoria, ressaltando a necessidade de estrutura mínima para o órgão, outro prevendo aumento do número de publicações de 48 para 72, e outra prevendo a aquisição de veículos. O conselheiro Noadir saudou os presentes, externando preocupação quanto à atuação da Defensoria Pública da União nos Tribunais Superiores, sustentando a impossibilidade jurídica de sermos representados perante as Cortes superiores pela Defensoria Pública da União, tendo em vista que as atribuições funcionais daquela instituição são completamente diferentes das atribuições da Defensoria Pública dos Estados; reafirmou a importância de se estruturar a Defensoria do Estado de São Paulo junto aos Tribunais Superiores. Teceu considerações sobre a organização das Defensorias Regionais ressaltando a necessidade de estruturação administrativa local; conclamou os colegas a votarem a resolução dos núcleos e das regionais naquela data; quanto ao regime correicional da OAB afirmou que temos vínculo de subordinação com a entidade, mas que não devemos nos curvar a correição de terceiros. Sugeriu que a questão do colega Ricardo seja imediatamente encaminhada à OAB para fins de desagravo; salientou, por fim, a necessidade de se concretizar a autonomia financeira da Defensoria. O conselheiro Roque abordou a atuação da DPU, ressaltando que se trata de atentado ao princípio federativo. Relatou que está elaborando minuta sobre a gratificação de atividade de especial dificuldade; tratou da aquisição do prédio da Rua Boa Vista; salientou sobre a questão dos estagiários que a situação de Sorocaba demanda uma análise séria e que estagiários não podem desempenhar as funções de defensor público; ressaltou a necessidade de se ouvir a todos sobre a questão; pediu providência para a confecção da carteira funcional. O conselheiro Vitore reafirmou a importância das reuniões que a Defensoria Geral teve na semana, em especial aquela havida com o Presidente da Assembléia; mencionou que encontraram-se, também com o Deputado Padre Afonso, e que haverá visita ao “lixão” da Várzea Paulista, na próxima quinta-feira. Salientou que o evento São José dos Campos, cujo tema era Defensoria Pública, foi muito proveitoso. Informou que o evento contou com a presença de mais de 500 pessoas, vários magistrados, promotores e advogados; teceu elogios aos defensores Glauber e Patrícia Simeonato pela atuação deles na questão dos estagiários; sugeriu a remessa de voto de pesar pela recente morte de policiais em São Paulo à Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Administração Penitenciária, Delegacia Geral de Polícia, Comando Geral da Polícia Militar, e Guarda Civil Metropolitana; sugeriu a publicação do regimento interno do Conselho no sítio eletrônico da instituição.; quanto à questão do DACAR 4, salientou a necessidade de adoção de medidas práticas para apuração das denúncias; quanto à questão da OAB, sugeriu cautela na discussão, vez que somos advogados públicos, e que aquela instituição, não raro, é importante na defesa de nossas prerrogativas. Sugeriu que seja realizado desagravo em favor do defensor Ricardo Soares. O Conselheiro Pedro relatou visita à Regional de Campinas em que foram aprovados dois projetos apresentados pelos colegas, sendo um deles a reformatação da triagem cível e outro atinente ao atendimento criminal; noticiou que irá a Brasília, Campinas e Jundiaí na próxima semana; teceu elogios aos colegas componentes do grupo de trabalho formado para apurar as violações de direitos ocorridas recentemente envolvendo policiais e civis, sugerindo a inscrição da iniciativa no Prêmio Innovare; saudou a APADEP pelo trabalho realizado na Assembléia Legislativa, enaltecendo a mobilização dos estagiários naquela casa; externou preocupação com a ação civil pública ajuizada pelo defensor Pedro Avellar; elogiou o trabalho de referido defensor, mas salientou a necessidade de atuação coordenada na tutela dos

interesses metaindividuais; relatou problema ocorrido em Sorocaba referente à ausência de uma defensora a plantão emergencialmente estruturado para fazer frente à ausência de estagiários; agradeceu aos colegas do Júri da Capital por terem o substituído em plenário que tinha sido escalado antes de nomeado para o cargo de 3º Subdefensor; recomendou que se representasse o juiz envolvido no incidente com o defensor Ricardo. O conselheiro Victor Hugo ressaltou a boa atuação do grupo de trabalho formado para apurar as violações de direitos ocorridas recentemente envolvendo policiais e civis, sugerindo a regionalização das atividades e se disponibilizando para tal em Ribeirão Preto; tratou da questão do núcleo de 2ª instância e tribunais superiores, salientando a necessidade da DP se instalar em Brasília; noticiou que há vários estagiários em Ribeirão Preto que devem ajuizar ação em vista do conteúdo do decreto governamental. A conselheira Franciane tratou da questão dos estagiários, salientando que entende que estes não devem perder o tempo de serviço com a transferência para a PGE; postulou a organização das Coordenações Administrativas, nos termos do artigo 45 da LC 988; salientou que a carreira tem dúvidas sobre a quem se reportar no Gabinete para solucionar os problemas administrativos; cumprimentou o conselheiro William sobre a preocupação na tramitação do projeto da LDO; externou sua preocupação com a necessidade de ações coordenadas da Defensoria, sem embargo da autonomia funcional prevista em lei; solicitou a remessa de ofícios às autoridades policiais em pesar ela morte de policiais. O conselheiro Carlos Loureiro ressaltou a visibilidade da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e o reconhecimento de sua grandeza institucional; noticiou que atendeu solicitação no sentido de se manifestar em programa da TV Assembléia sobre assédio moral; quanto aos estagiários sugeria a remessa de ofício dirigido à PGE solicitando a imediata transferência da gestão dos convênios; salientou que a realização de novo concurso não irá resolver os problemas; falou da autonomia funcional do defensor que não prescinde da necessidade de ação conjunta e planejada; salientou a importância do núcleo de 2ª instância e sobre a necessidade deste promover, em conjunto com a Escola da DP, cursos e palestras. Não havendo mais manifestação por parte dos Conselheiros, passou-se à ordem do dia. CSDP nº. 03/2006, cujo interessado é o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e tem como objeto o I Concurso de Ingresso na Carreira de Defensor Público (Relator: Conselheiro Carlos Henrique A. Loureiro). Nos termos do poder normativo que lhe foi conferido pelo art. 102 da Lei Complementar Federal nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e art. 31, incs. I, e XVII da Lei Complementar Estadual nº. 988, de 09 de janeiro de 2006, o Conselho resolveu deliberar pela abertura do I Concurso de Ingresso à Carreira de Defensor Público do Estado, aprovando a composição da banca examinadora, ressalvada a oportuna indicação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil. Se declarou impedido para tomar parte em todas deliberações relativas ao I Concurso de Ingresso à Carreira de Defensor Público do Estado o conselheiro Vitore André Zílio Maximiano. A banca foi composta pelos seguintes defensores: Presidente da Banca - defensora pública Helena Rosa Rodrigues Costa; Direito Constitucional - defensora pública Mônica de Melo; Direitos Humanos - defensor público Carlos Weis; Direito Penal - defensora pública Carmen Silvia Moraes de Barros; Direito Processual Penal - defensora pública Flávia D'urso; Direito Civil e Comercial - defensor público Aparecido Eduardo dos Santos; Direito Processual Civil - defensor público Wagner Giron de La Torre; Direitos Difusos e Coletivos - defensora pública Maria Dolores Maçano; Direito da Criança e do Adolescente - defensor público Flávio Américo Frasseto; Direito Administrativo e Direito Tributário - defensora pública Franciane de Fátima Marques; Princípios Institucionais da Defensoria Pública - defensor público Antônio José Maffezoli Leite. Em seguida, entrou em pauta o processo CSDP n. 04/2006, cujo interessado é o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, e tem como objeto a criação das Defensorias Públicas Regionais (Relator: Conselheiro Pedro Giberti). Não houve deliberação, mas se registrou a necessidade de premente aprovação da disciplina, sendo que há intenção de se colher todas as sugestões até a próxima sessão e votar a matéria na próxima semana. Encerrando a ordem do dia, passou-se à discussão do processo CSDP n. 05/2006 cujo interessado é Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e tem como objeto a criação dos Núcleos Especializados (Relator: Conselheiro Vitore André Zílio Maximiano). Não houve deliberação,

embora tenha havido consenso, após longa discussão, sobre a conveniência de serem criados, por ora, 4 núcleos: Direitos Humanos, situação carcerária, infância e juventude e 2ª instância e tribunais superiores. Se registrou a necessidade de premente aprovação da disciplina, sendo que há intenção de se colher todas as sugestões até a próxima sessão e votar a matéria na próxima semana. Por fim se deliberou que a próxima reunião do Conselho se dará no dia 09 de junho às 09h00, no fórum criminal da Barra Funda, sendo que todas as próximas reuniões devem ser iniciadas às 09h00. Se deliberou, ainda, que a Defensora Pública-Geral irá enviar ofício a autoridades externando o pesar pelas mortes de policiais ocorridas, e disponibilizando a DP para atuação em favor das famílias hipossuficientes. Não havendo mais processos a serem relatados na Ordem do Dia, a Senhora Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Renata Flores Tybiriçá, Defensora Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo, 2 de junho de 2006.